GAZETA MERCANTIL – PAG.: 03 - CAD/COL.: OPINIÃO – DATA: 03/10/02

Maria Clara R. M. do Prado

Ataque à inércia da desigualdade

O economista Marcelo Neri, da FGV do Rio, cunhou uma expressão que pode pegar, a da "desigualdade inercial".

Buscou inspiração lá atrás, na idéia da inflação inercial, um termo que se consagrou no meio acadêmico como uma descoberta brasileira. Nasceu das observações de Mário Henrique Simonsen sobre a indexação, um processo que marcou um longo período da história do país e que evitava que a inflação explodisse.

Ela não explodia, mas também não recuava. O mecanismo da auto-alimentação da inflação, viabilizado pela indexação, foi finalmente rompido pelo Plano Real, em julho de 1994. Neri propõe agora que se acabe com uma outra inércia, a da desigualdade de renda.

Com muito mais motivo.

"O que impressiona nas nossas séries históricas é não só o nível mas a persistência da desigualdade, inalterada desde os anos 60", observa ele, ao chamar atenção para o assunto na última edição da Conjuntura Econômica.

A desigualdade, mostram as estatísticas, é capaz de persistir tão ruim quanto era antes, mesmo depois que se reduz a inflação a um dígito ao ano.

É um bom tema para se colocar na mesa às vésperas do primeiro turno das eleições.

Por dois motivos.

Primeiro, porque nenhum dos candidatos tem falado mais profundamente sobre o tema. Reitera-se o compromisso com as chamadas políticas sociais, fala-se em bolsa-escola, em programas de renda mínima, mas em nenhum dos casos está claro como essas iniciativas serão tratadas, do ponto de vista orçamentário, e nem como serão administradas, do ponto de vista operacional.

Não se conhece a abrangência que esses programas teriam e nem o valor que mobilizariam, muito menos em que contexto de política econômica estariam inseridos.

Ainda que haja boa intenção, sempre se correrá o risco de continuar acontecendo desperdício do dinheiro público, além da dispersão do foco.

Neri cita outro economista, Ricardo Paes de Barros, do Ipea, que costuma dizer que o efeito distributivo dos gastos sociais brasileiros é pior ao que o Estado obteria se pegasse a mesma quantidade de dinheiro e a jogasse de um helicóptero.

Segundo, porque, queira ou não o futuro governo, o assunto da desigualdade de renda tende a ganhar maior foco.

Está de certa forma ligado às promessas de campanha de mais empregos, melhor saúde, boas escolas e melhores oportunidades de treinamento profissional, enfim....São todas iniciativas fundamentais, mas que podem dar em nada se não forem tratadas dentro de um planejamento conseqüente de médio e longo prazos.

Esse é, aliás, um dos pontos que precisam ser bem amarrados e que Neri tem levantado quando menciona o tema da "desigualdade inercial".

É que há um lapso grande de tempo entre a definição da política e dos programas destinados a melhorar a distribuição de renda e os resultados concretos no âmbito da sociedade. Esse tempo extrapola o período político de vigência de um mandato presidencial.

Reduzir a desigualdade não é obra que possa aparecer em poucos meses, como a construção de um viaduto ou mesmo uma política de estímulo à exportação.

Neri acha que o descasamento de prazos e a complexa natureza política do problema exigem que toda a sociedade se envolva na empreitada contra a desigualdade de renda.

"O Estado só pode adotar políticas de renda socialmente inteligentes e atuar como coordenador do processo", comenta Marcelo Neri, que propõe uma novidade como forma de engajar a todos na empreitada e ao mesmo tempo garantir que o esforço não se perca com a mudança de governo.

À semelhança do regime de metas de inflação, fixadas pelo governo com antecedência para serem atingidas em anos subseqüentes — e na expectativa de que sejam mantidas, tanto as metas fixadas quanto o próprio regime, pelas administrações futuras —, Neri sugere que se fixem metas explícitas de redução da pobreza.

Além de assegurar a continuidade no longo prazo das políticas de renda, poderiam funcionar como um fator para manter mobilizada a sociedade civil. Faz todo o sentido.

No mínimo, se não fossem adiante, teriam o efeito de expor uma das maiores feridas do país, que os brasileiros fingem não existir, embora de suas conseqüências padeçam todos os dias nas grandes, médias e já hoje nas pequenas cidades.

Neri é o chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV do Rio, uma das mais conservadoras instituições de estudo e pesquisa no país. Não é, portanto, um revolucionário, mas acha que, do mesmo modo como se fez com a inflação, "é preciso desindexar a desigualdade, romper com o passado".

A pesquisa da PNAD, do IBGE, feita em 2001 apurou que os 10% mais ricos da população detinham 46,9% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres tinham de contentar-se com apenas 1% da renda.

O índice Gini, que mede a desigualdade (quanto mais perto de um, pior é a distribuição de renda), estava, em 2001, em 0,572. Já foi pior. Era 0,637 em 1989, quando os 10% mais ricos tinham 53,2% da renda. Mas não serve de consolo.

O Brasil continua, nesse campo, disputando espaço com as mais atrasadas republiquetas e oligarquias monárquicas do planeta.

E-mail: mprado@gazetamercantil.com.br

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)